

## O CADSTRO DA PROPRIEDADE RÚSTICA E OS FOGOS

Em relação às palavras de Sua Excelência o Presidente da República, sobre a vaga de fogos e os subsequentes comentários de vários colegas, a ANT só pode considerar como positiva a preocupação dos nossos políticos, com a realização do cadastro da propriedade rústica. Já sobre as razões para a execução do mesmo temos as mais profundas reservas, senão mesmo discordância. Para se perceber as nossas discordâncias vamos colocar três questões para quais gostávamos que formulassem as vossas próprias respostas:

- Primeira questão, nas zonas com cadastro não há matas sujas ou com elevada carga de biomassa?.
- Segunda pergunta, nas zonas do país com cadastro não há fogos florestais?
- Terceira e última pergunta, é ou não um facto, que a estatística nos diz que há quarenta ou cinquenta anos atrás, havia menos fogos que agora, mesmo sem cadastro?

Se procurarmos responder a cada uma das três perguntas, vamos inevitavelmente encontrar a resposta para minorar o problema dos fogos florestais. Sim porque este problema não é irresolúvel, embora os políticos e as suas políticas, o mantenham irresolúvel há 42 anos. Respondendo às três perguntas, é inevitável colocar uma quarta pergunta, que é: Em que é que a existência de um cadastro nacional da propriedade rústica ia resolver o problema dos incêndios? Pela resposta dada á

segunda pergunta, conclui-se que a resposta a esta quarta pergunta é: **em nada ou quase nada**. Há duvidas??? Veja-se o que se vai passando há quase 30 anos em Monchique, onde existe cadastro.

**Então o cadastro é irrelevante???** Obviamente que não, e pode ajudar se se atuar noutras frentes, como:

- **o ordenamento;**
- **a criação de espaços de elevado valor natural, prevista na nova PAC;**
- **uma política florestal que acautele simultaneamente: espécies autóctones, invasoras e o rendimento dos pequenos e médios agricultores;**
- **a valorização dos resíduos florestais;**
- **o despovoamento do território interior de Portugal.**

Depositar no cadastro a resolução de problema onde a contribuição deste é “ínfima”, parece-nos ser uma tentativa de criar as condições junto da opinião pública para que se adoptem soluções atamancadas para o cadastro, como ocorreu com alguma legislação que veio a luz do dia recentemente. A questão é tanto ou mais inquietante quando se sabe que existe trabalhos em curso para a execução do mesmo, incluindo um calendário para a operacionalização do cadastro. Seria bom que os políticos deixassem aos técnicos o que é dos técnicos. Sabemos que nos últimos anos, foram produzidas algumas decisões a margem dos técnicos do I.G.P. – DGT, isso não é bom, nem trás qualidade nem celeridade ao processo. É importante que se introduza celeridade possível no processo, mas não desta forma, em que o cadastro é colocado como a panaceia que vai resolver todos os problemas.

Não nos compete apontar soluções de carácter imediato, mas elas existem e até têm bastante sustentabilidade, senão vejamos, há uns anos, um estudo feito por um Eng<sup>o</sup>. da EDP, concluiu que era possível alimentar uma central termo eléctrica durante 365, exclusivamente com os resíduos florestais resultantes do abate e limpeza das matas. Este estudo foi feito para a central termo eléctrica de Mortágua, e os resíduos florestais dos cinco concelhos à volta, eram suficientes para alimentar a central, mesmo tendo em conta os impactos ambientais, que a limpeza regular das matas podia gerar. Sua Excelência o Presidente da República tem aqui uma solução que resolve o problema, cria posto de trabalho e promove a nossa independência energética, se estendêssemos esta solução ao território Nacional.

Quanto ao cadastro, que é a nossa “guerra”, exijam celeridade no processo, e que sobre o mesmo, decida tecnicamente quem o faz já há mais de um século. Desperdiçar este saber acumulado é lesar os pais. É esta a ideia que queremos transmitir a Senhora Secretaria de Estado do Ambiente e Ordenamento de Território, numa futura audiência que tencionamos solicitar.

Quanto as soluções estranhas tipo “geopredial” só vos podemos dizer que é conveniente que estes assunto sejam tratados como assunto sério e não como anedota. Quando há tempos vos dizíamos que o “geopredial” era ilegal, a fundamentação para este entendimento, advém da lei que considera a execução do cadastro nacional, como uma função exclusiva do Estado.

12-8-2016

ANT

